

---

# «OS CIDADÃOS CONTINUAM A TER DIREITO À DEMOCRACIA»

## Discursos de jovens estudantes sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal

---

Carla Malafaia\*, Isabel Menezes\* & Tiago Neves\*

---

**Resumo:** Nas últimas décadas, os discursos académicos e políticos sobre a cidadania dos/as jovens têm sugerido um *deficit* democrático que se caracterizaria por um afastamento face à política e à participação. No entanto, tanto a realidade quanto a investigação têm, em especial desde 2010, revelado que podemos, ao invés, estar a assistir a uma «revolução participatória» (Norris, 2002), com um forte envolvimento dos/as jovens, um pouco por todo o mundo, em movimentos sociais focados em causas mais transversais (a democracia) ou em questões específicas (a austeridade, os cortes na educação). Neste estudo, centramo-nos especificamente nas visões de jovens do ensino regular português do 8º, 11º e 2º ano do ensino superior, em escolas urbanas e semi-urbanas, sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal que decorreram ao longo do ano de 2012. Estas manifestações levaram a uma mobilização popular quase sem precedentes desde a revolução democrática de 1974. Neste estudo, 1107 jovens responderam por escrito a um inquérito onde eram apresentadas fotos dessas manifestações. Os resultados revelam que os/as jovens não só acompanharam as manifestações e sabem quais as questões em jogo, como têm um discurso crítico e comprometido, revelador de que são ativos/as na construção e vivência da sua cidadania.

**Palavras-chave:** construção da cidadania, movimentos sociais, jovens

**CITIZENS STILL HAVE A RIGHT TO DEMOCRACY»: YOUNG STUDENTS' DISCOURSES ON ANTI-AUSTERITY DEMONSTRATIONS IN PORTUGAL**

**Abstract:** Over the past few decades, academic and political discourses on youth citizenship have pointed to the existence of a democratic deficit, characterised by an estrangement from politics and participation. However, both reality and research have shown that, particularly since 2010, we may instead be witnessing a «participatory revolution» (Norris, 2002). Indeed, throughout the globe, youngsters are strongly involved in social movements focused either on transversal causes (such as

---

\* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Porto, Portugal).

democracy) or specific issues (such as austerity, or cuts in education). In this research we focus on the ways Portuguese youngsters, from the 8th and 11th grades and 2nd year of University, of the regular school system, both from urban and semi-urban schools, assess the 2012 anti-austerity rallies. These rallies, organised by social movements, led to an almost unprecedented popular mobilisation since the 1974 democratic revolution. 1107 youngsters answered in writing to a survey in which they were shown photos of the rallies. Results show that they not only accompanied the rallies and were aware of what was at stake, but also have a critical and engaged discourse that demonstrates that they are active in constructing and living their citizenship.

**Keywords:** constructing citizenship, social movements, youth

**«LES CITOYENS CONTINUENT D'AVOIR DROIT A LA DEMOCRATIE»: LES DISCOURS DE JEUNES ETUDIANTS SUR LES MANIFESTATIONS ANTI-AUSTERITE AU PORTUGAL**

**Résumé:** Au cours des dernières décennies, les discours académiques et politiques sur la citoyenneté des jeunes ont souligné l'existence d'un déficit démocratique caractérisée par un éloignement de la politique et de la participation. Cependant, la réalité et la recherche ont montré, en particulier depuis 2010, qu'on peut à la place assister à une «révolution participative» (Norris, 2002). En effet, dans le monde entier, les jeunes sont fortement impliqués dans des rassemblements et des mouvements sociaux axés soit sur les causes transversales (telles que la démocratie) ou des questions spécifiques (comme l'austérité ou les coupures dans l'éducation). Dans cette recherche, on analyse les façons comment les jeunes portugais, du 8ème année, 11ème année et 2ème année de la Université, à la fois des écoles urbaines et semi-urbaines, regarde les rassemblements anti-austérité de 2012. Ces rassemblements, organisés par les mouvements sociaux, ont conduit à une mobilisation populaire presque sans précédent depuis la révolution démocratique de 1974. 1107 jeunes ont répondu par écrit une enquête dans laquelle ils ont été présentés des photos des rassemblements. Les résultats montrent que les jeunes ont non seulement accompagné les rassemblements et étaient au courant de ce qui était en jeu, mais aussi qu'ils ont un discours critique et engagé qui démontre qu'ils sont actifs dans la construction et l'expérience de leur citoyenneté.

**Mots-clés:** construction de la citoyenneté, mouvements sociaux, jeunesse

## **1. Introdução: A «crise» da participação juvenil ou a «reinvenção do ativismo político»?**

O conceito de participação tem sido frequentemente analisado em relação com a juventude, tradicionalmente representada na literatura como um grupo com forte comprometimento político e generosidade ativista (e.g., Erikson, 1968). Há, paralelamente, um reconhecimento da participação social, cívica e política dos/as jovens como importante preditor da participação na vida adulta (Sherrod, Flanagan, & Youniss, 2002), promovendo competências relevantes em vários domínios da vida (Menezes, 2007).

Nas últimas décadas, a noção de geração tem sido mobilizada para interpretar as mudanças em curso nas sociedades ocidentais. Encontramos frequentemente a ideia de que estas mudanças se refletem fortemente nas populações juvenis (Ingleheart, 1997), para quem a política se tornou algo irrelevante, e que o declínio da participação cívica e política deve ser entendido como uma mudança geracional (Putnam, 2000; Sinnott & Lyons, 2003). Este tema tem sido amplamente debatido na academia e em instituições políticas, considerando-se que a «geração Y» é uma «geração perdida» –, visão da Organização Internacional do Trabalho (Allen & Ainley, 2011) –, apolítica e apática (Henn, Weinstein, & Wring, 2002), caracterizada por uma baixa participação cívica e política, pondo em causa os alicerces da democracia (Benedicto & Morán, 2002; Putnam, 2000). Principalmente nos países da Europa Ocidental, o declínio da participação juvenil nas eleições, em partidos políticos, sindicatos e associações tem levantado preocupações sobre o desinteresse e despolitização juvenis (Augusto, 2008). Portugal é um dos países em que esta preocupação é enquadrada por uma história democrática recente e, consequentemente, por uma cultura política débil (Cruz, 1985).

Verba, Scholzman e Brady (2002) definem a participação política a partir das atividades que tentam propositadamente influenciar o Governo (regional, nacional, supranacional), a implementação de políticas e a seleção de decisores políticos. Atualmente, o conceito de participação procura, progressivamente, integrar uma multiplicidade de vivências e relações com a política, concedendo-se atenção a outras dimensões a par da participação eleitoral, como o consumo, a assinatura de petições, o envolvimento partidário e a participação em protestos (Teorell, Torcal, & Montero, 2007). Assim, as recentes teorias da participação tendem a considerar não apenas as suas diferentes formas (convencional, não-convencional, legal e ilegal), mas também a diversidade de contextos em que ocorre (desde grupos informais até comunidades políticas organizadas) (Spannring, Ogris, & Gaiser, 2008; Ekman & Amna, 2012). É, aliás, este alargamento conceptual que permite desconstruir os discursos sobre a «crise da participação juvenil», reconhecendo-se que «a crise» pode ser vista como sinal simultâneo de recessão (das formas mais convencionais de participação) e expansão (das formas emergentes) (Menezes, 2007).

Nesta linha, diversas investigações apontam para a desinstitucionalização das práticas políticas juvenis e para a preferência por lógicas participativas mais horizontais (Norris, 2002; Menezes et al., 2012). Este afastamento intencional das estruturas políticas tradicionais e as expressões de desagrado e desconfiança relativamente à participação convencional levaram investigadores/as a falar de uma «juventude ativamente desenraizada» [*actively rootless youth*] (Ødegård, 2003, cit. in Berrefjord, 2005: 110), comprometida com novas formas de intervenção cidadã – de que seria exemplo a onda global de protestos que começou em 2011. Efetivamente, as páginas dos jornais, as notícias na televisão e as atividades nas redes sociais apontaram para o designado «protesto global» (*Courrier Internacional*, novembro de 2011), com o/a «manifestante» a ser nomeado/a

personalidade do ano pela *Times* em 2011. Desde o início desta década, assistimos a uma onda de protestos em países como a Tunísia, o Egito, a Grécia, Portugal, Espanha, os Estados Unidos e o Brasil, face a causas mais transversais (a democracia) ou mais específicas (a austeridade, os cortes na educação). Estes acontecimentos questionam a certidão de apatia política que tem sido atribuída aos/às jovens, que parecem agora ser protagonistas de uma «reinvenção do ativismo político» (Norris, 2002). Ora, este estudo pretende exatamente explorar a relação que jovens estudantes do ensino básico, secundário e universitário estabelecem com este contexto de forte ativismo e crise, a partir das suas visões sobre as manifestações anti-austeridade em Portugal, para aceder à forma como vivem e interpretam a cidadania. De uma amostra total de 1107 jovens, analisámos 1028 comentários escritos que revelam posicionamentos comprometidos, enfatizam as questões essenciais na discussão sobre os protestos sociais e, conseqüentemente, a crise económica, o resgate financeiro e a prestação governamental. São visões juvenis sobre o presente e o futuro de Portugal, e em particular dos/as jovens portugueses/as.

### ***1.1. Ser jovem na Europa contemporânea***

A atual geração juvenil caracteriza-se, na Europa e em especial no Sul da Europa, pela incerteza, risco e imprevisibilidade, estando crescentemente dependente de uma «família de bem-estar» (Santos, 2011) que, a custo, tenta equilibrar as fragilidades do Estado. Vendo as suas vidas permanentemente hipotecadas à custa do desemprego, da flexibilidade e desproteção laborais, os/as jovens vivem num tempo de intensa individualização que, segundo Machado Pais (2007: 43), pode «gerar uma falsa consciência de libertação». Portugal, um país subprotector (Esping-Andersen, 1990), torna difícil amortecer as imprevisibilidades agravadas pelas transformações sociais, sendo que para os/as jovens «o terreno em que as transições têm lugar é de natureza cada vez mais labiríntica» (Pais, 2006: XX). A crise tem aumentado as desigualdades estruturais e limitado os sistemas de proteção social, assim como as oportunidades de participação (Champeix, 2010). Estes processos de desinstitucionalização, gerando novas relações com o risco, tornam difícil a construção de projetos a longo prazo – fenómenos que alguns sociólogos relacionam com a «modernidade tardia», o «neo-liberalismo» ou a «modernidade reflexiva» (Rose, 1989; Beck, 2005; Giddens, 1991). Tudo isto tem conseqüências sobre a cidadania participativa: a relação com a política tende a assumir um estilo menos estruturado e hierarquizado, mais fluido, informal e expressivo (Ekman & Amna, 2012), com tendências mais individualistas, como é o caso do consumerismo político (Harris, Wyn, & Younes, 2010; Inglehart, 1997).

No entanto, apesar de Inglehart (1997) associar as transformações na participação juvenil à identificação com valores pós-materialistas – ligados a causas ambientais e de direitos humanos

– numa análise dos movimentos sociais emergentes na Europa, Estanque, Costa e Soeiro (2013) argumentam que este ciclo de protesto é profundamente marcado por questões materiais e laborais: o elevadíssimo desemprego jovem qualificado e o agravamento da injustiça social foram o mote da expressão coletiva contra as instituições políticas e a favor de uma democracia direta. Estes movimentos anti-austeridade reclamaram novas formas de democracia e participação e protestaram contra os cortes nas funções sociais do Estado (a educação, a saúde, a segurança social) e o paradoxal apoio aos sistemas financeiro e bancário. A chamada «crise da zona Euro» é uma crise económica e social profunda, em que políticos e organizações políticas tradicionais parecem ter sido incapazes de canalizar a revolta das populações. Assim, os grupos juvenis têm ativado movimentos sociais reivindicativos, com formatos inovadores (veja-se a ocupação da Puerta del Sol em Madrid), e manifestações de grande mobilização como, por exemplo, os movimentos portugueses «Geração à Rasca», em 12 de março de 2011, ou o «Que se Lixe a *Troika*<sup>1</sup>. Queremos as nossas vidas», a 15 de setembro de 2012. É importante destacar que, em Portugal, além do agravamento do desemprego (OECD, 2015), da pobreza e das desigualdades sociais (Carmo & Costa, 2015), a crise gerou uma emigração sem precedentes desde a década de 1960. Se em 1960, os/as jovens, pouco qualificados/as e pobres, emigravam para fugir à pobreza e à guerra colonial, atualmente é uma geração altamente qualificada que emigra para escapar ao desemprego (Docquier & Rapoport, 2011) – com devastadores efeitos emocionais e simbólicos nas famílias que apostaram na sua qualificação. Desta forma, a par da diminuição do financiamento público da educação, o questionamento do papel potencialmente «redentor» da educação foi também uma consequência da crise e da austeridade.

### ***1.2. Aprender e ser cidadão/ã em contexto (de crise)***

A sociologia da educação tem integrado «novas formas de educação e novos contextos de aprendizagem que não se confinam à escola tradicional» (Afonso, 1992: 86). Relativamente à aprendizagem da cidadania ativa e democrática, autores clássicos e recentes sustentam que ela deve ser experimentada em contexto: apropria-se o seu significado *sendo-se* cidadão/ã; através de ações reais vai-se construindo, cognitiva e praxeologicamente, o lugar de cada um/a no mundo (Dewey, 1916; Lawy & Biesta, 2006; Biesta, 2011). No estudo dos fenómenos sociais é, portanto, fundamental considerarmos os contextos (relacionais) mais próximos, mas também a

---

<sup>1</sup> A *Troika* é formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A *Troika* foi responsável por avaliar as necessidades de financiamento de Portugal, estabelecendo a ação de reestruturação económica do país e avaliando o cumprimento das condições do resgate financeiro.

conjuntura que os enquadra. No caso dos/as jovens, é bem conhecido o papel da escola e da família como contextos de socialização, transmitindo competências, conhecimentos e interesses na área da participação cívica e política (e.g., Torney-Purta et al., 2001; Delli Carpini & Keeter, 1996). Os *media* exercem também influência: por eles «somos informados/as sobre o que acontece nos quatros cantos do mundo, o que consequentemente nos leva a sentimentos e sensações de estarmos vivendo todos num mesmo contexto» (Beck, Henning, & Vieira, 2014: 88). Neste sentido, é-lhes reconhecida uma espécie de «função pedagógica» (Beck et al., 2014: 90).

Situados/as por determinadas condições sociais, económicas e políticas, e a partir de influências cruzadas, os/as jovens exercem e aprendem a cidadania em contexto(s) e pela prática real. Em 2011 e 2012, o contexto sociopolítico português foi particularmente desafiante em termos políticos e cívicos: por um lado, a implementação de medidas de austeridade conduziu ao aumento do risco de pobreza, particularmente em jovens entre os 17 e os 24 anos, com muitos/as a terem de abandonar os estudos (ITUC Report, 2012); por outro lado, assistiu-se à criação e consolidação de uma «retórica económica de *emergência nacional* e de *ausência de alternativas* de acção» (Ferreira, 2011: 157). Períodos como este são especialmente interessantes para a análise social, pois trazem desafios importantes aos/às cidadãos/ãs, ao modo como se (re)situam entre as narrativas que lhes chegam. Em primeiro lugar, tendo as manifestações sido fortemente motivadas por decisões políticas nacionais, Portugal foi um dos primeiros países a tomar parte no ciclo global de protestos, ganhando visibilidade por se associar a uma luta internacional contra a austeridade (Baumgarten, 2013). Em segundo lugar, somos um país com baixos níveis de crença na eficácia da participação e nas instituições políticas (Pinto et al., 2012). Já em 2008, um estudo de Magalhães e Sanz Moral mostrava que os/as jovens portugueses/as (15-29 anos) revelavam insatisfação com a democracia e baixos níveis de conhecimento político. Simultaneamente, contudo, expressavam-se favoravelmente à necessidade de reformas profundas na sociedade portuguesa e à criação de estruturas que introduzissem democracia direta (Magalhães & Sanz Moral, 2008). Estas são tendências transversais a jovens de outras partes do globo (Forbrig, 2005).

Aceder às perspetivas juvenis sobre um fenómeno politicamente marcante, enquadrado numa contestação do *status quo* global, significa necessariamente compreender como a cidadania está a ser integrada e vivida. Em última análise, trata-se de aceder a mundivisões, a perspetivas sobre um fenómeno com impacto alargado e sem precedentes no percurso de vida destes/as jovens. É, portanto, incontornável auscultarmos o conhecimento e interesse juvenis sobre este contexto. Tendo diferentes relações com o fenómeno (participação direta nas manifestações ou não) e estando diferentemente situados/as no espaço social (*backgrounds* socio-económicos diversos), o que têm os/as jovens a dizer sobre ele? De que modo se apropriam da «coisa política»? Tomando as palavras de Bourdieu (1979/2010: 478), falamos do sentimento de se «estar legitimado para se ocupar da política, de ter autoridade para falar politicamente

das coisas políticas». Ou, como diz Machado Pais (2005: 53), é crucial «tomar-se o conceito de *cidadania* como uma ideia virada para o futuro, tendo em conta a realidade do presente». E o presente exige que se atente nas percepções sobre as condições materiais e simbólicas que permitem aos/às jovens desenhar os seus trajetos e decidir sobre as suas vidas. São estas condições que confluem na continuada negociação do que é ser cidadão/ã.

## 2. Método

### 2.1. Participantes

Os/as participantes são estudantes do 8º ano ( $n = 349$  [176 rapazes e 173 raparigas]), do 11º ano ( $n = 383$  [162 rapazes e 221 raparigas]) e do 2º ano do ensino superior ( $n = 375$  [89 rapazes e 286 raparigas]) num total de 1107 jovens. Os questionários foram administrados em escolas públicas e privadas do Porto, Vila Real, Viseu e Coimbra<sup>2</sup>. A escolha das escolas obedeceu a critérios específicos (público e privado, urbana e semi-urbana), e dentro de cada escola a amostra foi de conveniência. A escolha destes anos de escolaridade visou evitar possíveis variações ligadas aos processos de transição que envolvem os primeiros e últimos anos de um ciclo de estudos. Esta faixa etária segue a linha de outros estudos (Menezes et al., 2012; Torney-Purta, 2001), de modo a considerar-se as mudanças no desenvolvimento político ao longo da adolescência e as diferenças em termos de cidadania e participação relacionadas com a idade de voto. Os/as participantes preencheram o questionário em sala de aula, durante aproximadamente 40 minutos. A participação dos/as estudantes menores esteve dependente da apresentação prévia do consentimento parental.

### 2.2. Procedimento de recolha de dados

O instrumento utilizado nesta pesquisa é um questionário de auto-relato com escalas sobre dimensões políticas e académicas, validadas com populações semelhantes à do nosso estudo. Uma dessas dimensões é a cognição política, que incluiu a questão de resposta aberta analisada neste artigo. Nela se pede ao/à respondente que se pronuncie acerca de duas imagens alusivas a manifestações ocorridas em Portugal. Uma delas mostra manifestantes com cartazes,

---

<sup>2</sup> Consideramos que a diversificação da amostra, relacionada com o género, a localização geográfica e o tipo de escola, é importante para abranger perspetivas e experiências diversas. A exploração destas várias dimensões será considerada noutros trabalhos; neste artigo, concentrar-nos-emos apenas nas variações em função do ano de escolaridade.

destacando-se um que apela ao protesto («*Keep calm and protest*» – Figura 1); a outra exhibe uma manifestação de carácter mais organizado, identificando o seu mote através da faixa «*Que se lixe a Troika. Queremos as nossas vidas*» (Figura 2). Estas manifestações iniciaram-se nas redes sociais, que foram fundamentais para uma mobilização que transitou do online para o offline, criando um «espaço público híbrido» (Castells, 2012). Ocorreram manifestações de rua em 30 cidades portuguesas, que contaram, aproximadamente, com um milhão de pessoas. A fase da recolha de dados aconteceu no rescaldo desta onda de protestos e num contexto sociopolítico particular (a iminência da demissão do Governo e eleições antecipadas).

FIGURA 1

**Indignados em frente à Câmara do Porto**



Fonte: Global Voices (<https://pt.globalvoices.org/2011/10/17/portugal-15opt-fotos-videos/>).  
Foto da organização do 15 de Outubro (usada com permissão).

FIGURA 2

**Manifestação anti-austeridade Que Se Lixe a Troika, Porto**



Fonte: «Precários Inflexíveis» (precarios.net). Foto de Paulo Pimenta/*Público* (usada com permissão).

### **2.3. Procedimentos de análise**

A análise de conteúdo dos comentários escritos foi eminentemente indutiva. Emergiram desta análise três temas organizadores: «Perspetivas sobre as manifestações», «Crítica do Governo e da *Troika*» e «Reflexões sobre o estatuto e condição da democracia». Estes temas gerais integram no seu interior nove categorias que revelam diferentes modos de posicionamento sobre o cenário sociopolítico, particularmente sobre as manifestações (seu significado, natureza e legitimidade). Estas serão descritas ao longo da apresentação dos resultados.

Adicionalmente, para testar a confiabilidade da análise de conteúdo, esta foi submetida a um acordo intra e inter-observadores, de forma a medir o seu grau de concordância (Brennan & Silman, 1992). Para verificar a concordância inter-observadores foi usado o teste *kappa* (Cohen, 1960) calculado no SPSS. Assim, 15% do total de texto analisado (ou seja, do total de unidades de registo existentes), foi submetido a análise de conteúdo por um investigador independente (Lima, 2013). De acordo com a interpretação sugerida por Brennan e Silman (1992) para os valores de *kappa*, o sistema de categorias construído provou ser confiável ( $kappa = .72$ ;  $p = .000$ ), revelando um «Bom» grau de acordo, comprovando assim a consistência da nossa análise de conteúdo.

### 3. Apresentação dos resultados

Primeiramente, apresentamos a distribuição das unidades de registo pelos temas e categorias que emergiram da análise, por anos de escolaridade. Dos/as 1107 jovens, alguns/mas não responderam à questão, ainda que tenham sido em baixo número considerando o total da amostra (8º ano:  $n = 15$ ; 11º ano:  $n = 27$ ; 2º ano:  $n = 37$ ).

A Tabela 1 permite mapear as tendências discursivas dos/as 1028 respondentes. Posteriormente, apresentaremos detalhadamente o conteúdo de cada uma das categorias.

TABELA 1  
Percentagem de unidades de registo codificadas, por anos de escolaridade

		8º ano	11º ano	2º ano (Univ.)
<b>1. PERSPETIVAS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES</b>	1.1. Identificação das manifestações como oportunidades de expressão e luta	24.2%	38.2%	31.4%
	1.2. Identificação das manifestações como prejudiciais ao bem-comum	3.2%	1.4%	2.1%
	1.3. Identificação das manifestações como ineficazes	3.7%	4%	1.7%
<b>2. CRÍTICA DO GOVERNO E DA TROIKA</b>	2.1. Identificação da atuação do Governo como causa da insatisfação popular	44.7%	35.5%	25.9%
	2.2. Identificação da interferência externa na governação como causa da insatisfação popular	14.7%	8.9%	6.4%
	2.3. Identificação de problemas específicos (económicos, laborais e materiais) como causas da insatisfação popular	18.6%	8.9%	7.4%
<b>3. REFLEXÃO SOBRE O ESTATUTO E CONDIÇÃO DA DEMOCRACIA</b>	3.1. Identificação do fenómeno da participação ilegítima	1.2%	0.5%	0.3%
	3.2. Identificação do fenómeno da participação alienada	1.2%	4%	2.7%
	3.3. Identificação do fenómeno da responsabilização individual	2.3%	2.1%	2.4%

As categorias 1.1 e 2.1 são as mais frequentes. Este resultado não é surpreendente, considerando as imagens apresentadas e o contexto de produção destes discursos. Ainda assim, é interessante verificar que este tipo de reivindicações na expressão e luta por direitos e mudança social é sobretudo enfatizado pelos/as jovens do 11º ano. Curiosamente, são os/as estudantes do 8º ano que mais criticam o Governo e a *Troika*, considerando-os responsáveis pelo agra-

vamento das condições de vida da população. São também estes/as que mais identificam problemas concretos associados a este período (aumento de impostos e desemprego, cortes nos salários e nos serviços públicos, etc.).

As categorias correspondentes ao terceiro tema são quantitativamente menos expressivas. No entanto, revelam conceções importantes sobre a participação cívica e política. Primeiramente, emerge a ideia da ilegitimidade dos protestos porque o Governo é eleito pelo voto popular e, por isso, não deve ser contestado, considerando-se também que a maioria das pessoas que participa em manifestações não vota. Estas posições, baseadas numa visão redutora da participação, são mais frequentes nos/as estudantes do 8º ano. Em segundo lugar, a ideia de que as manifestações refletem uma participação alienada, desinformada e sem adesão à realidade é sobretudo partilhada pelos/as jovens do 11º ano. Por último, surge o argumento de que cada pessoa deve assumir responsabilidade pela crise económica, mais enfatizado pelos/as jovens do ensino superior.

Apresentamos seguidamente o conteúdo de cada uma das categorias.

### ***3.1. Perspetivas sobre as manifestações***

A grande maioria dos/as jovens inclui nos seus comentários a *identificação das manifestações como oportunidades de expressão e luta*. Reconhecem, portanto, a importância desta forma de reivindicação como ferramenta de mudança, visando melhorar a situação vivida pela população portuguesa. Uma jovem do 8º ano sublinha a importância desta forma de participação na defesa de direitos e na chamada de atenção dos decisores políticos. Identifica os protestos como um modo de reação popular à falta de responsividade governamental, acrescentando que participa em manifestações deste tipo com a sua família.

Eu acho que as pessoas devem fazer manifestações (...) são a única maneira de sermos ouvidos pelos Governos, de chamar a atenção dos políticos, para que estes saibam quais as consequências das decisões que tomam, muitas vezes sem o consenso da população. Eu costumo ir sempre com a minha família, porque achamos que se ficarmos em casa a lamentarmo-nos nada vai mudar; por isso, temos mesmo que ir para a rua e defender os nossos direitos. (8º ano)

Enfatizando as consequências emocionais e materiais da crise, um jovem do 11º ano sublinha «a necessidade de ir para as ruas lutar», alertando para o empobrecimento das condições de agência sobre o futuro.

É um cansaço tal que faz milhões irem para as ruas por terem atingido o limite máximo. (...) o povo está desesperado com a crise que se está a passar e têm a necessidade de ir para as ruas lutar pelos seus direitos. Os principais protagonistas destas manifestações são jovens que se veem cada vez mais restringidos da livre escolha do seu futuro. (11º ano)

Os discursos juvenis expressam claramente a noção de que as condições de vida da população portuguesa são graves e de que se chegou a um limite insustentável, de que são prova estas manifestações. Além disso, os/as jovens sabem que outros países estão a sentir os mesmos problemas, mostrando conhecimento de que este é um fenómeno alargado: «Isto é a democracia, é a liberdade do povo em expressar o que lhe vai na alma, o sofrimento e insustentabilidade do país que mudou a vida dos portugueses e de muitos povos do estrangeiro» (2º ano).

O tema das manifestações revelou-se, no entanto, controverso para alguns/mas jovens, que expressaram uma visão negativa acerca desta forma de participação, identificando *as manifestações como prejudiciais ao bem comum*. Estas opiniões tendem a associá-las a cenários de violência, confusão e destruição do espaço público.

Decidem organizar uma manifestação, provocando problemas no tráfego e organização da cidade. [o povo] tem toda a razão, apenas perdendo-a aquando de atos ilegais, como atirar pedras, etc. (8º ano).

Além da violência e desunião social associados aos protestos, considera-se que eles acabam por agravar as condições económicas do país por interferirem com o ritmo laboral.

As manifestações param o país, o que causa despesas e provoca o aumento de impostos. (...) A imagem da direita sugere uma manifestação violenta onde as pessoas estão iradas com a situação a que se opõem, tendo intenção de se revoltarem e destruírem o espaço público. (11º ano)

Não concordo com manifestações deste tipo; penso que só promovem a desunião dos portugueses, a revolta geral e um forte desequilíbrio social. (2º ano).

Em alguns casos, os comentários a favor e contra estes protestos são complementados com a *identificação da ineficácia das manifestações*. Segundo alguns/mas participantes, independentemente da sua legitimidade, na maioria das vezes as manifestações não produzem efeitos reais. Neste sentido, o balanço entre custos e benefícios desta forma de participação torna-a irrelevante, já que «as manifestações não levam a lado nenhum (...) não valem de nada, pois a rede está montada» (2º ano do ensino superior). Mesmo quando aos protestos subjazem motivações consideradas válidas, questiona-se: «Mas de que servem? O Governo está-se marimbando para isso» (8º ano). Por outras palavras, os/as jovens recordam que «nenhuma lei ou condição será alterada com estes protestos (...). São raros os que conseguem criar um impacto significa-

tivo nas decisões políticas» (11º ano). A perceção de baixa eficácia política externa está, então, na origem desta crença na ineficácia das manifestações.

### **3.2. Crítica do Governo e da Troika**

Como seria esperado, tendo em conta as imagens apresentadas, a crítica do Governo e da Troika é um tópico que marca significativamente os discursos juvenis.

A *identificação do Governo como causa da insatisfação popular* é uma categoria que reúne várias características que os/as jovens atribuem ao Governo português. A falta de eficiência e seriedade, a má gestão, a corrupção e fraca responsividade, bem como a falta de ligação das políticas à realidade social são alguns dos elementos que estão na base da crítica ao Governo, justificando nalguns casos o apelo à sua demissão.

[Os manifestantes] pretendem um Governo menos corrupto e que pense no povo e com o povo (...). É urgente que o Governo mude, pois ele é que está a fazer com que o país se afunde mais. (8º ano)

Só sabem dizer que temos que ter mais austeridade e fazer alguma coisa benéfica não fazem, mas infelizmente é a treta do Governo que temos. (...) Governo Rua!!!. (11º ano)

Estas imagens dão conta da indignação de um povo de um país (Portugal) que está revoltado com a conjuntura económica atual, ou seja, a população está revoltada com as medidas tomadas pelo Governo, dado que parece que não têm levado em consideração as reais necessidades das pessoas. (2º ano)

O agravamento das condições de vida da população é atribuído ao alinhamento das decisões governamentais com a *Troika*. Assim, os/as jovens identificam *a interferência externa na governação como causa da insatisfação popular*. Um jovem do 8º ano é contundente ao afirmar que o país está pior desde a chegada da *Troika* a Portugal. «As imagens dizem-me que este país está cada vez pior. Como se diz, Que se lixe a *Troika*, não precisamos deles para nada e o povo unido jamais será vencido. (...) a *Troika* está a estragar este país nos cortes que estão a fazer» (8º ano).

Os/as estudantes do 11º ano e do 2º ano do ensino superior também associam a *Troika* a cortes financeiros, com sérias consequências para vários segmentos da população. Ela é identificada como elemento nocivo de controlo social.

As pessoas estão contra a *Troika* e protestam para ela deixar de controlar a vida do povo, pois ela no final não vai ajudar os cidadãos, mas trazer-lhes mais problemas e mais impostos para pagar (...), cortam nos orçamentos e tiram dinheiro das reformas. (11º ano)

A *Troika* é em grande parte os culpados da crise económica, que está na origem de uma crise social, com muitas pessoas desempregadas e em risco de exclusão social. (2º ano)

As críticas ao Governo e à *Troika* são recorrentemente compostas por referências à crise económica e ao modo como as medidas políticas afetam a vida da população. Porém, alguns comentários identificam *problemas específicos (económicos, laborais e materiais) como causas da insatisfação popular*. Os cortes nos subsídios e em serviços básicos (como a saúde e a educação), o aumento de impostos diretos e indiretos, o crescimento do desemprego juvenil são algumas das questões enfatizadas pelos/as jovens dos três ciclos de estudo, que expressam enfaticamente a sua indignação perante a progressiva debilidade das condições de vida da população portuguesa e o agravamento da desigualdade e injustiça sociais, com as classes baixas a serem particularmente prejudicadas.

O Governo faz muitos cortes na despesa e retira o subsídio de natal, de férias e de desemprego aos menos afortunados. Os impostos sobem, tal como a gasolina, o gasóleo, a luz, a água e até os produtos alimentares. (8º ano)

Somos frequentemente bombardeados com o aumento do desemprego, cortes nos salários, na saúde. Parece que estamos a entrar num limite que não pode ser ultrapassado (...). Roubam aos pobres para dar aos ricos. Assim não pode ser! É inadmissível! (11º ano)

O desemprego atingiu níveis recordes, obrigando jovens portugueses a emigrarem para tentarem conseguir viver os seus sonhos e ter estabilidade profissional e financeira. (...) Os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres... Queria ver políticos com ordenados de 500€ por mês, aí veriam como é. (2º ano)

### **3.3. Reflexão sobre o estatuto e condição da democracia**

Este último tema relaciona-se com: a) a perceção de que a participação em manifestações deve estar dependente do exercício do voto; b) a opinião sobre as manifestações como modos de envolvimento alienados ou pouco refletidos; c) a expressão de argumentos ligados à responsabilização individual relativamente à crise económica.

A categoria «*identificação do fenómeno da participação ilegítima*» diz respeito aos discursos que não atribuem legitimidade democrática às manifestações, por se considerar que quem nelas participa não votou ou votou em branco.

Muitas das pessoas que tomam parte neste tipo de protestos não exerceram o direito de voto em época de eleição, o que, a meu ver, descredibiliza por completo a sua vontade de contrariar e maldizer as medidas tomadas pelo Governo. (11º ano)

Além disso, e mobilizando novamente o argumento do voto como forma legítima e institucional de participação, alguns/mas jovens consideram que se deve aceitar o estado das coisas, uma vez que o Governo é eleito democraticamente e, como tal, as medidas políticas subsequentes devem ser respeitadas.

Há pessoas que votaram no partido que neste momento tem controlo do nosso país, e viram-se contra ele em manifestações, queixam-se. Acho que devem estar caladas, pois toda a gente vota, se um ganha, tem que se ter paciência, vivemos numa democracia. (8º ano)

Alguns/mas jovens consideram que as manifestações são sintomáticas da apatia dos/as cidadãos/ãs, que utilizam os protestos como último recurso quando se veem diretamente afetados/as, social e economicamente. «Infelizmente, [as imagens] acabam por me remeter para a preguiça de alguns cidadãos que acabam por se preocupar só mesmo quando os problemas chegam a eles» (2º ano).

Os discursos que apresentam a participação nas manifestações como uma mobilização sem motivos concretos e baseada em falta de informação foram codificados como dizendo respeito à *identificação do fenómeno da participação alienada*. Alguns/mas jovens descredibilizam convictamente estes protestos, não lhes reconhecendo seriedade, comprometimento nem responsabilidade.

Na minha opinião, estas imagens demonstram manifestações, em que as pessoas que nelas participam são/estão pouco informadas sobre a economia e a política (...), manifestações, no mínimo, ridículas, visto que [os manifestantes] falam de assuntos dos quais não entendem minimamente, como se pode observar na segunda imagem. (11º ano)

Completo erro social, não fazem a mínima do que estão a fazer/falar. (...) Caímos no ridículo quando grande parte das pessoas que se manifesta, fazendo-o por «ser fixe», não percebe o que está em causa. (2º ano)

A *identificação do fenómeno da responsabilização individual* é a categoria que reúne os discursos que tendem a sublinhar o papel que cada cidadão/ã tem, ou deveria ter, na resolução da crise económica. Nesta perspetiva, cada indivíduo deve responsabilizar-se pela crise e contribuir para a sua resolução.

Honestamente, oponho-me à maneira como as pessoas se têm exprimido. Compreendo o seu descontentamento, mas acho que antes de julgar ou criticar devemos olhar para nós mesmos. A democracia baseia-se na opinião pública, logo os nossos representantes e as consequências que eles causam são nossa responsabilidade. Todos fomos responsáveis pela situação do país e cabe a todos reverter a situação. (8º ano)

A falta de consciência financeira da maioria da população – considerada a principal culpada pela crise, pois não soube controlar apropriadamente seus gastos – é sublinhada em discursos que a enquadram num suposto «modo português de ser», com pouca capacidade de trabalho, de colaboração e de responsabilização.

O povo gosta de culpar os outros quando quem andou a viver à grande e à francesa fomos todos nós. (...) a nossa sociedade não está mentalizada para trabalhar num contexto de crise e culpam o Governo e os partidos políticos dessa mentalidade inapropriada. (...) poderia haver uma maior colaboração dos jovens para que isto mude. Juntarmo-nos mais e unirmo-nos até ao fim para ultrapassarmos esta fase. (11º ano)

Além disto, acrescenta-se que outros países estão a passar por uma crise económica similar e que os/as portugueses/as devem demonstrar mais empenho e esforço para transformar a situação que vivem: «Falta de interesse e coragem e compreensão da população para enfrentar todos estes problemas económicos e financeiros que não só Portugal mas todos os países em dificuldade estão a passar» (2º ano).

#### **4. Discussão dos resultados e últimas considerações**

«O conhecimento do mundo faz-se de palavras» (Pais, 2005: 53) e as que aqui ganham protagonismo afastam clamores sobre a indiferença juvenil perante a cena política. Os resultados mostram jovens que se interessam, se posicionam e estão longe da alienação e da apatia (Norris, 2002; Berrefjord, 2005). Pelo contrário, revelam compreender o que está em causa no momento político das manifestações anti-austeridade.

Um jornal português, dando conta da elevada abstenção eleitoral juvenil nas últimas presidenciais (janeiro de 2016), alertava para o risco de «irrelevância política» dos/as jovens, que parecem estar a desistir da política<sup>3</sup>. Por outras palavras, os elevados níveis de abstenção estão a contribuir para o afastamento das preocupações juvenis da agenda política partidária – agravando o fosso entre os grupos juvenis e a classe partidária. As perspetivas juvenis sobre as manifestações permitem aceder a uma visão mais completa deste quadro. Os resultados mostraram que os/as jovens estão informados/as e implicados/as no contexto político a que pertencem, demonstrando conhecer a situação social e política do país, mesmo tendo apenas 13/14 anos, como é o caso de estudantes do 8º ano. Os discursos mostram inequivocamente a importância atribuída às manifestações sociais e a crescente desconfiança relativamente ao Governo.

<sup>3</sup> «Os jovens estão a desistir da política, e a política parece prescindir deles». Jornal *Público* (janeiro de 2016): <https://www.publico.pt/politica/noticia/os-jovens-estao-a-desistir-da-politica-e-a-politica-parece-prescindir-deles-1721887?page=1>

Os/as jovens referem a desconexão entre a classe política partidária e as preocupações da população, acusando os decisores políticos de encararem com trivialidade as expressões de desagrado popular, de que são exemplo as manifestações. A descrença relativamente aos efeitos políticos das manifestações resulta então desta crítica à surdez da política institucionalizada relativamente às preocupações populares (Norris, 2002; Menezes et al., 2012).

Os discursos revelam conhecimento sobre o contexto sociopolítico e, cumulativamente, o modo como as representações individuais se relacionam com as macro-narrativas políticas que compõem este contexto. Neste sentido, a cognição política cumpre o papel de interface entre as dimensões individuais e coletivas da política (Van Dijk, 2002). As referências ao papel de cada pessoa na crise económica e social (bem como na sua superação) e a sobrevalorização do voto como argumento que estreita as margens da participação cívica e política apontam para o importante papel que os *media* desempenham no modo como os/as jovens olham o mundo (Beck et al., 2014). Isto são temas integrantes das narrativas inculcadas pelos partidos do Governo e que circulam abundantemente nos *media*. Estas narrativas do «não há alternativa» ou «fazer mais com menos» tornaram-se o discurso dominante da ideologia austeritária que tem governado a Europa. Os *media* têm desempenhado um papel fundamental na naturalização destes discursos, veiculando a ideia da inevitabilidade da austeridade.

Ainda assim, os discursos analisados mostram que os/as jovens são muito mais do que retores/as passivos/as e que a experiência vivida, definida pelo contacto com a realidade próxima (da escola, da família, da cidade), parece determinar a perceção sobre oportunidades de vida presentes e futuras (Furlong & Cartmel, 2007), resultando em visões inconformadas, que não alinham em agendas político-mediáticas. Neste sentido, a insegurança ontológica que marca a suas vidas (a perspetiva de emigração, os níveis de desemprego, a instabilidade económica) parece estruturar uma consciência política reivindicativa. O conceito de modernidade líquida (Bauman, 2000) abriga estas visões juvenis fortemente marcadas pela fluidez e desregulamentação que envolvem as esferas laboral e material. O modo contundente como os/as jovens se referem, por exemplo, aos cortes nos serviços públicos e ao desemprego juvenil, incluindo-se simultaneamente como agentes ativos na mudança, torna clara a sua implicação no cenário sobre o qual produzem discurso («*temos* mesmo que ir para a rua e defender os *nostros* direitos», como dizia uma estudante do 8º ano). Estes posicionamentos, de negação da imutabilidade do *status quo*, remetem-nos para as dimensões da agência e da injustiça como componentes fulcrais da ação coletiva (Gamson, 1992).

O facto de os/as jovens do ensino superior terem mais escolaridade e experiências distintas – particularmente dos grupos do 8º ano – pode, eventualmente, explicar o facto de serem os/as que menos consideram as manifestações como ineficazes. Contudo, tecem também menos críticas ao Governo e à Troika e tendem a considerar a crise como uma questão de responsa-

bilidade individual. Simultaneamente, os resultados mostram que os/as jovens de 14/15 anos se expressam mais, e com mais detalhe, relativamente a estas questões. São, de facto, atores políticos emergentes que devem ser tidos em conta, na medida em que vivem e conceptualizam a cidadania para além da referência à maioria (Torney-Purta et al., 2001). Numa fase tão relevante do desenvolvimento e formação (Delli Carpini & Keeter, 1996), a escola assume-se como contexto fundamental de socialização política juvenil. Assim, estes resultados trazem contributos importantes para a instituição escolar se repensar enquanto contexto de criação intencional de espaços e tempos para a discussão política, considerando a evidente disponibilidade dos/as jovens nesse sentido, nomeadamente durante a adolescência. O confronto entre diferentes pontos de vista, o acesso a mais informação (e sua avaliação crítica), bem como a ligação entre as experiências e conhecimentos adquiridos fora da escola são elementos que podem ser promovidos e enquadrados pela instituição escolar. Num momento em que a política é um assunto efervescente, o evitamento da politização do espaço escolar é desadequado.

Os/as jovens portugueses/as mostram-se ativos/as na reivindicação do direito a serem ouvidos/as e na demanda de condições sociais e económicas que permitam projetos de vida sustentáveis e previsíveis. A noção de cidadania patente nos seus discursos revela aprendizagens importantes de responsabilização e de relação com os outros, aquilo a que Delanty (2003) chamaria de cidadania cultural, convocando esta dimensão contextual e relacional da cidadania. Uma conjuntura económica, social e política particularmente exigente traça o contexto no qual os/as jovens (dentro e fora da escola) integram o processo de aprendizagem da cidadania democrática. Considerando-se as faixas etárias envolvidas neste estudo, os resultados mostraram que estes/as jovens/as revelam grande conhecimento e compreensão do mundo, bem como uma atitude crítica relativamente ao que (lhes) acontece. São cidadãos/ãs, ativos/as, que, em vários casos, demonstram um pensamento político sofisticado. Vale a pena reconhecer que há diferentes modos de participar cívica e politicamente e que a falta de envolvimento em processos políticos convencionais pode significar uma tomada de posição consciente e de contestação.

**Agradecimento:** *Este trabalho foi apoiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT), e pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional do Capital Humano (POCH) do Portugal 2020 (bolsa de doutoramento com a ref. SFRH/BD/92113/2012).*

**Correspondência:** *CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto – Portugal  
E-mail: carlalmeyda@fpce.up.pt, imenezes@fpce.up.pt, tiago@fpce.up.pt*

## Referências bibliográficas

- Afonso, Almerindo J. (1992). A sociologia da educação não-escolar: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática?. In António J. Esteves & Stephen R. Stoer (Eds.), *A sociologia na escola: Professores, educação e desenvolvimento* (pp. 81-96). Porto: Edições Afrontamento.
- Allen, Martin, & Ainley, Patrick (2011). *Lost generation? New strategies for youth and education*. London: Continuum Publishing Corporation.
- Augusto, Nuno Miguel (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-177.
- Bauman, Zygmunt (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity.
- Baumgarten, Britta (2013). *Geração à rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011*. *Current Sociology*, 61(4), 457-473.
- Beck, Dinah Quesada, Henning, Paula Corrêa, & Vieira, Virgínia Tavares (2014). Consumo e cultura: Modos de ser e viver a contemporaneidade. *Educação, Sociedade & Culturas*, 42, 87-109.
- Beck, Ulrich (2005). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Benedicto, Jorge, & Morán, María Luz (2002). *La construcción de una ciudadanía activa entre los jóvenes*. Madrid: Instituto de la Juventud.
- Berrefjord, Stine (2005). New contexts for youth participation: Integrating youth theory, policy and practice in Norway. In Joerg Forbrig (Ed.), *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe* (pp. 103-110). Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Biesta, Geert (2011). *Learning democracy in school and society: Education, lifelong learning and the politics of citizenship*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Bourdieu, Pierre (2010). *A distinção: Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70. (Original work published 1979)
- Brennan, Paul, & Silman, Alan (1992). Statistical methods for assessing observer variability in clinical measures. *British Medical Journal*, 304, 1491-1494.
- Carmo, Renato Miguel, & Costa, António Firmino (2015). *Desigualdades em questão. Análises e problemáticas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Castells, Manuel (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet Era*. Cambridge: Polity Press.
- Champeix, Claire (2010). What future for social protection after the crisis?. In *Can Europe rise to the challenge?: EU policy responses to the global crisis* (pp. 40-46). Brussels: Heinrich-Böll-Stiftung.
- Cohen, Jacob (1960). A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, 20(1), 37-46.
- Cruz, Manuel Braga (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social*, XXI, 1067-1088.
- Delanty, Gerard (2003). Citizenship as a learning process: Disciplinary citizenship versus cultural citizenship. *International Journal of Lifelong Education*, 22(6), 597-605.
- Delli Carpini, Michael X., & Keeter, Scott (1996). *What Americans know about politics and why it matters*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Dewey, John (1916). *Democracy and education*. New York: The Macmillan Company.

- Docquier, Frédéric, & Rapoport, Hillel (2011). *Globalization, brain drain and development*. Retrieved from <http://ftp.iza.org/dp5590.pdf>
- Ekman, Joakim, & Amna, Eriĸ (2012). Political participation and civic engagement: Towards a new typology. *Human Affairs*, 22, 283-300.
- Erikson, Erik H. (1968). *Identity, youth and crisis*. New York: W. W. Norton.
- Esping-Andersen, Gosta (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Oxford: Polity.
- Estanque, Elísio, Costa, Hermes Augusto, & Soeiro, José (2013). The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 1-10.
- Ferreira, Pedro D. (2011). Learning democracy in school and society [Review of the book *Learning democracy in school and society: Education, lifelong learning and the politics of citizenship*, by Gert Biesta]. *Educação, Sociedade & Culturas*, 34, 157-165.
- Forbrig, Joerg (2005). *Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Furlong, Andy, & Cartmel, Fred (2007). *Young people and social change: New perspectives*. Maidenhead: McGraw-Hill/Open University Press .
- Gamson, William A. (1992). *Talking politics*. New York: Cambridge University Press.
- Giddens, Anthony (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- Harris, Anita, Wyn, Johanna, & Younes, Salem (2010). Beyond apathetic or activist youth: «Ordinary» young people and contemporary forms of participation. *Young, Nordic Journal of Youth Research*, 18(1), 9-32.
- Henn, Matt, Weinstein, Mark, & Wring, Dominic (2002). A generation apart? Youth and political participation in Britain. *British Journal of Politics and International Relation*, 4(2), 167-192.
- Inglehart, Ronald (1997). *Modernization and postmodernization: Cultural, economic and political change in forty-three societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- International Trade Union Confederation (ITUC). (2012). *The social crisis behind the economic crisis: The millions of young people unemployed* (ITUC Report). Brussels: ITUC.
- Lawy, Robert, & Biesta, Gert (2006). Citizenship-as-practice: The educational implications of an inclusive and relational understanding of citizenship. *British Journal of Educational Studies*, 54(1), 34-50.
- Lima, Jorge Ávila (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29.
- Magalhães, Pedro, & Sanz Moral, Jesus (2008). *Os jovens e a política: Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/CESOP.
- Menezes, Isabel (2007). *Participação cívica e política* (Provas de agregação em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Menezes, Isabel, Ribeiro, Norberto, Fernandes-Jesus, Maria, Malafaia, Carla, & Ferreira, Pedro D. (2012). *Agência e participação cívica e política: Jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic.
- Norris, Pippa (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OECD (2015). *Employment outlook*. Paris: OECD Publishing.
- Pais, José Machado (2005). Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70.

- Pais, José Machado (2006). Buscas de si: Expressividades e identidades juvenis. In Maria Isabel Almeida & Fernanda Eugénio (Eds.), *Culturas jovens: Mapas de afeto* (pp. 7-24). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Pais, José Machado (2007). Cotidiano e reflexividade: Educação e sociedade. *Educação e Sociedade*, 98, 23-46.
- Pinto, António Costa, Magalhães Pedro, de Sousa, Luís, & Gorbunova, Ekaterina (2012, January). *A qualidade da democracia em Portugal: A perspectiva dos cidadãos*. Paper presented to the workshop The Quality of Democracy in Hard Times, ICS-UL, Lisbon, Portugal.
- Putnam, Robert D. (2000) *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Oxford University Press.
- Rose, Nikolas (1989). *Governing the soul: The shaping of the private self*. London: Routledge.
- Santos, Bovantura Sousa (2011). *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Sherrod, Lonnie R., Flanagan, Constance, & Youniss, James (2002). Dimensions of citizenship and opportunities for youth development. *Applied Developmental Science*, 6(4), 264-272.
- Sinnott, Richard, & Lyons, Pat (2003). *Democratic participation and political communication in systems of multi-level governance*. Retrieved from <http://www.ucd.ie/dempart/workingpapers/stateofheart.pdf>
- Spannring, Reingard, Ogris, Günther, & Gaiser, Wolfgang (2008). *Youth and political participation in Europe: Results of the comparative study EUYOUPART*. Opladen: Barbara Budrich Publishers.
- Teorell, Jan, Torcal, Mariano, & Montero, José Ramón (2007). Political participation: Mapping the terrain. In Jan Van Deth, José Ramón Montero, & Anders Westholm (Eds.), *Citizenship and involvement in European democracies: A comparative analysis* (pp. 358-383). London and New York: Routledge.
- Torney-Purta, Judith et al. (2001). *Citizenship and education in twenty-eight countries: Civic knowledge and engagement at age fourteen*. Amsterdam: IEA.
- Van Dijk, Teun (2002). A political discourse and political cognition. In Paul Chilton & Christina Schaffner (Eds.), *Politics as text and talk: Analytic approaches to political discourse* (pp. 203-237). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Pub. Co.
- Verba, Sidney, Schlozman, Kay Lehman, & Brady, Henry (2002). *Voice and equality: Civic voluntarism in American politics*. Harvard: University Press.